

AS PRÁTICAS SOCIAIS DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ALICERCE PARA A APRENDIZAGEM DA LÍNGUA ESCRITA

FEITOZA, Samara Uchôa¹
SILVA, Fábio Bernardo da²

1

Linha de Pesquisa: Educação Infantil

RESUMO

Desde muito cedo as crianças estão inseridas num contexto educativo no qual as ações voltadas para a leitura e escrita se tornam parte do seu cotidiano antes mesmo de entrarem na escola. Elas são estimuladas não só por suas famílias como por outras pessoas que estão à sua volta, em adquirirem o interesse por essas práticas. Nesse sentido, o presente trabalho vem destacando a importância das práticas de leitura e escrita na Educação Infantil, o qual tem como objetivo principal o de identificar e destacar a importância da leitura e escrita na educação infantil. Apresentando como metodologia a pesquisa bibliográfica a qual torna-se necessária, já que a temática apresentada neste trabalho se caracteriza como documental e estar pautada em documentos de cunho histórico e literário. Sendo assim, este estudo contribuiu para que se tenha melhores esclarecimentos sobre o assunto em questão podendo este ser desenvolvido pelos professores com seus alunos em diferentes situações de aprendizado.

Palavras-chave: Leitura, Escrita, Educação Infantil

ABSTRACT

From a very early age the children are inserted in an educational context in which the actions focused on reading and writing become part of their daily life before they even enter the school. They are stimulated not only by their families with other people around them, in acquiring interest in these practices. In this sense, the present work has highlighted the importance of the social practices of reading and writing in children's education, which has as its main objective to identify and highlight the importance of reading and writing in children's education. Presenting as a methodology the bibliographical research which becomes necessary, since the theme presented in this work is characterized as documentary and is based on documents of historical and

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade do Vale do Juruena – AJES, sam.uchoa@hotmail.com

² Orientador Prof. Me. Fábio Bernardo da Silva - Faculdade do Vale do Juruena, Juína-MT. E-mail: fabiober.siva@gmail.com

literary nature. Thus, this study contributed to better clarifications on the subject in question, and this could be developed by teachers with their students in different learning situations.

Keyword: Reading, Writing, Children's Education

2

INTRODUÇÃO

A educação infantil foi reconhecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº. 9394/96) não só como direito da criança e dever do Estado, mas também como o primeiro ingresso à educação. Sendo ela componente integrante da estrutura da educação básica.

Considera-se que é nesta etapa que a criança é estimulada a fazer novas descobertas que possam colaborar para o seu desenvolvimento cognitivo através de situações vivenciadas na escola, seja por meios de atividades pedagógicas ou até mesmo na relação com os envolvidos no processo de ensino e aprendizado.

Sobre o processo de alfabetizar e letras crianças em idade pré-escolar, alguns educadores compreendem que fazer uso desses mecanismos de ensino, a certo modo, poderá estar prejudicando a aprendizagem dessas crianças, pelo fato de haver uma antecipação desta fase. Sendo ela considerada mais apropriada a partir do Ensino Fundamental que é a segunda etapa da Educação Básica, oferecida do 1º ao 9º ano para alunos a partir dos 6 anos de idade.

Entretanto, podemos observar que a criança no seu dia a dia já entra em contato com o mundo da leitura e da escrita antes mesmo de ser inserida no contexto escolar. Porém, é na escola que o educador poderá possibilitar novos aprendizados que contribuirão no processo de ensino e aprendizagem do educando.

Nesse sentido a presente pesquisa justifica-se pela importância de propiciar novos conhecimentos e aprendizagens voltadas para a prática da leitura e escrita com crianças da pré-escola, em que o educador poderá utilizar diferentes metodologias e diversos recursos lúdicos que poderão acarretar em momentos de aprendizados significativos especialmente, se tratando de crianças nessa faixa etária. É importante que o mesmo busque trabalhar com os princípios norteadores dos quais tratam o

Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) onde irá colocar o aluno a ter um contato direto com a leitura e escrita. Buscando fazer uma reflexão sobre o processo de ensino e aprendizado de maneira que colabore para o desenvolvimento dos educandos.

3

Para isso, teremos como questões norteadoras dessa pesquisa, como se constituiu a educação da criança de 0 a 5 anos ao longo da história? Porque é importante desenvolver hábitos de leitura e escrita na Educação Infantil? E por fim, de que maneira a leitura e a escrita pode contribuir na formação das crianças enquanto cidadãos críticos? Tem-se como objetivo principal identificar e destacar a importância da leitura e escrita na educação infantil. Sendo auxiliado pelos seguintes objetivos específicos: Analisar as principais políticas públicas no Brasil que permeiam a Educação Infantil. Compreender a importância do Referencial Curricular para a Educação Infantil como norteador da prática pedagógica. Identificar o processo de ler e escrever como fator que contribuirá na aquisição de novos conhecimentos.

A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica, na qual ela se faz necessária, tendo em vista que a temática abordada neste trabalho se caracteriza como documental e estará pautada em documentos de cunho histórico e literário.

Segundo Severino

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir de registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122)

Nesse caso, foi realizado primeiramente um levantamento bibliográfico em artigos disponibilizados em site como o da USP-teses, Scielo, e de livros digitais do acervo da biblioteca digital da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), além de livros disponíveis na biblioteca da Faculdade do Noroeste que foram utilizados para subsidiarem esta pesquisa. Dentre os livros pesquisados pode-se destacar: O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil; Ler e Escrever na Educação Infantil; Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil, entre outros.

A estrutura deste trabalho será apresentada em capítulos, em que o primeiro vem tratando sobre a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica e como ela ganha espaço no cenário educacional passando a ser reconhecida como direito da criança, sendo fundamentada nas principais leis como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O segundo capítulo vem apresentando um breve histórico sobre as políticas educacionais em diferentes períodos, iniciando no Período Colonial e finalizando no Republicano. O capítulo posterior fará uma abordagem sobre as ações educativas destacadas no Referencial Nacional da Educação Infantil que irão contribuir na prática pedagógica. O quarto capítulo busca fazer uma reflexão sobre o papel da Educação Infantil na ampliação do contato das crianças com o mundo da leitura e da escrita, em seguida será apresentado as considerações finais.

Para a elaboração desse trabalho serão empregadas palavras-chaves como Leitura, Escrita e Educação Infantil. Entretanto, buscou-se por meio de imagens apresentar informações relacionadas ao assunto proposto.

1 EDUCAÇÃO INFANTIL: PRIMEIRA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Inicialmente, a Educação Infantil no Brasil não possuía os mesmos moldes educacionais como vemos nos dias de hoje. O atendimento prestado as crianças segundo Corrêa (2007), estava direcionado a área de assistência social ao invés do sistema educacional, sendo o mesmo atendido por entidades filantrópicas.

No período da revolução industrial no Brasil, com a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, houve a necessidade de ter um espaço onde as mesmas pudessem levar seus filhos enquanto cumpriam sua jornada de trabalho. Com isso iniciou o processo de criação de creches e escolas maternas que atendiam também crianças pobres, desnutridas ou que estivessem em situação de abandono. Entretanto, os profissionais que prestavam esse tipo de serviço, não possuíam formação específica e limitavam-se apenas ao cuidado dos pequenos.

Durante o Governo Militar, as manifestações realizadas por diversos grupos, principalmente das mulheres e dos movimentos feministas, na qual era de interesse

das mesmas garantir uma vaga na creche para suas crianças, o poder público começou a dar enfoque a educação dos pequenos. A partir de então, é que se começou a discutir sobre o papel pedagógico das instituições que atendiam as crianças nessa etapa.

5

No final da década de 1970 e 1980, a Educação Infantil sofreu fortes influências por parte do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização das Nações Unidas pela Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), as quais buscaram implementar um novo modelo de educação infantil, que de acordo com Rosemberg era estabelecido da seguinte maneira:

- A expansão da educação infantil constitui uma via para combater a pobreza nos países subdesenvolvidos e melhorar o desempenho no ensino fundamental, portanto, sua cobertura deve crescer;
- Os países pobres não dispõem de recursos públicos para expandir, simultaneamente, o ensino fundamental (prioridade número um) e a educação infantil;
- A forma de expandir a educação infantil nos países subdesenvolvidos é por meio de modelos que minimizem investimentos públicos, dada a prioridade de universalização do ensino fundamental;
- Para reduzir investimentos públicos, os programas devem se apoiar nos recursos da comunidade, criando programas denominados “não formais”, “alternativos”, “não-institucionais”, isto é, espaços, materiais, equipamentos e recursos humanos disponíveis na ‘comunidade’, mesmo quando não tenham sido concebidos ou preparados para essa faixa etária e para seus objetivos (ROSEMBERG, 2002, p. 7-8)

Com a Constituição de 1988 o atendimento voltado à educação das crianças adquiriu caráter educativo, conforme podemos observar em seu Artigo 208 que aborda a Educação Infantil como dever do Estado e o reconhecimento das creches e pré-escola como instituições educacionais. Já em seu Art. 211 no parágrafo 2º, nos mostra que é de responsabilidade do Município, com o apoio dos Estados e da União, ofertar e manter programas de educação no ensino pré-escolar e fundamental.

No ano de 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente sob a Lei de nº 8069/90 que contou com a participação de pessoas de vários setores da sociedade civil, na elaboração de seu texto. O que ocasionou várias mudanças no contexto das políticas sociais voltadas a criança e ao adolescente. Na qual os mesmos passaram a usufruir de direitos juntos a família, a sociedade e o Estado.

A publicação deste Estatuto é direcionada as escolas, as entidades de atendimento e de defesa dos direitos da criança e do adolescente como também ao público em geral. O mesmo vem reafirmando os direitos que deverão ser assistidos a esse público, tais como: direito à vida e à saúde; direito à liberdade, ao respeito e a dignidade; direito a educação; direito a vida familiar e comunitária. Em relação ao direito a educação, ele traz em seu capítulo V no Art. 53 a seguinte redação:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores;

III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;

V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (BRASIL, 2014, p. 32-33)

Sobre o acesso da criança à Educação Infantil, o Art. 54 no inciso IV reafirma como sendo o dever do Estado garantir o atendimento em creche e pré-escola para crianças com idade de 0 a 6 anos³. Embora o ECA tenha trazido novos avanços sobre os direitos da criança e do adolescente, não chegou a avançar em relação a educação infantil.

Com a elaboração da Política Nacional de Educação Infantil no ano de 1994, foram criadas leis específicas que fundamentaram e expandiram a educação infantil, reafirmando o direito à educação para crianças de 0 e 6 anos, tratados outrora na Constituição e no ECA. Para isso, o MEC contou com o apoio de profissionais e pesquisadores na área. Contou também com a participação de vários segmentos da sociedade, especialmente os professores, para a elaboração dessa proposta. Tendo como princípios norteadores:

1. A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e destina-se à criança de zero a seis anos de idade, não sendo obrigatória, mas um direito a que o Estado tem obrigação de atender.

2. As instituições que oferecem Educação Infantil, integrantes dos Sistemas de Ensino, são as creches e as pré-escolas, dividindo-se a clientela entre elas

³ Atualmente a Educação Infantil é dividida em creches para crianças de até 3 anos de idade e em pré-escola para alunos de 4 a 5 anos de idade (BRASIL, 2016).

pelo critério exclusivo da faixa etária (zero a três anos na creche e quatro a seis na pré-escola).

3. A educação Infantil é oferecida para, em complementação à ação da família, proporcionar condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança e promover a ampliação de suas experiências e conhecimentos, estimulando seu interesse pelo processo de transformação da natureza e pela convivência em sociedade.

4. As ações de educação, na creche e na pré-escola, devem ser complementadas pelas de saúde e assistência, realizadas de forma articulada com os setores competentes.

5. O currículo de Educação Infantil deve levar em conta, na sua concepção e administração, o grau de desenvolvimento da criança, a diversidade social e cultural das populações infantis e os conhecimentos que se pretendem universalizar.

6. Os profissionais de Educação Infantil devem ser formados em cursos de nível médio ou superior, que contemplem conteúdo específicos relativos a essa etapa da educação.

7. As crianças com necessidades especiais devem, sempre que possível, ser atendidas na rede regular de creches e pré-escolas (BRASIL, 1994, p. 15-16)

7

Após dois anos, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96) apresentando uma nova roupagem para a Educação Infantil, em comparação das LDBs dos anos de 1961 e 1971. Na qual a primeira mencionava num pequeno capítulo destinado a educação infantil dentro da educação primária. Enquanto que na segunda, faz-se uma pequena menção em que a mesma seja dever do Estado podendo ser ofertada em escolas maternas, jardins de infância ou em outras instituições de mesma característica.

Atualmente, a Educação Infantil, vem trazendo novos caminhos e perspectivas amparadas por políticas públicas voltadas a esta etapa da Educação Básica. Temo como exemplo, a alteração feita na LDB através da Lei de nº 12.796/13 que consta a obrigatoriedade da matrícula na pré-escola para crianças a partir de 4 anos.

Mediante revisão desta Lei em seu Art. 29 a educação infantil, objetiva-se, em complementar as ações da família e da comunidade em geral, em garantir o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos, envolvendo seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social (BRASIL, 2017).

Mesmo tendo a LDB o caráter de Lei maior voltada a educação, segundo salienta Saviani (2008) foi imprescindível criar, por meio de legislação específicas, dispositivos que viessem complementá-la. Com isso, criou-se o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil em 1998 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para

a Educação Infantil no ano de 1999, sendo o primeiro apresentado no decorrer deste trabalho.

2 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: DO PERÍODO COLONIAL AO REPUBLICANO

8

Este capítulo apresenta uma breve análise sobre as políticas educacionais em diferentes contextos históricos. Iniciando no Período Colonial e finalizando no Republicano. Durante o texto poderemos perceber que a educação no Brasil passou por períodos de grandes mudanças e que a Educação Infantil só passou a ser considerada como a primeira etapa da Educação Básica após a criação de leis específicas que a consolidaram.

2.1. PERÍODO COLONIAL

O Período Colonial corresponde a época em que os primeiros portugueses chegaram no território brasileiro no ano de 1500 até a proclamação da Independência do Brasil. Conforme Siécola (2016) ao chegar nas terras desconhecidas deste continente, a expedição portuguesa viu que elas já eram habitadas pela população indígena tupi-guarani.

Decidido em colonizar essas terras, o governo português contou com a ajuda dos padres jesuítas, sendo eles considerados os primeiros e principais educadores nesse período, que tinham no comando das missões, o padre Manoel da Nóbrega, que tinha como principal objetivo o de catequisar os índios ensinando-os a língua portuguesa. Conforme Veiga (2000), esse tipo de doutrinação estava em comum acordo com os interesses políticos e econômicos dos portugueses, que buscava explorar a mão de obra desse povo para poder acumular riquezas à coroa de Portugal.

Nesse período, a educação destinada ao público infantil, tornou-se o principal meio de disseminar os valores e costumes dos colonizadores dentro das aldeias. Conforme nos mostra Moreira (2014) os jesuítas se utilizavam da alfabetização para poder converter as crianças indígenas, pois elas eram consideradas mais maleáveis

que os adultos. Dessa maneira, elas poderiam repassar para os demais os ensinamentos aprendidos e posteriormente, influenciar as futuras gerações. As atividades desenvolvidas nessas aulas eram de caráter lúdico, em sua maioria realizada através do teatro, poesia, dança e cantigas indígenas, com cunho religioso.

A educação jesuíta perpetuou no Brasil cerca de 210 anos. O que resultou em grandes mudanças no sistema educacional do país com a criação do programa RatioStudiorium, que continha as regras criadas para garantir a organização nas salas de aula. Como por exemplo, o processo de matrícula dos alunos, organização das turmas, das pautas e horários, atividades práticas do professor, entre outros. (SIÉCOLA, 2016).

Com a chegada do ministro Marquês de Pombal Sebastião José de Carvalho e Melo, os jesuítas foram expulsos desse território, ocasionando a ruína do sistema de ensino do país. Então, Marquês de Pombal assumiu a responsabilidade de organizar a instituição pública. O mesmo reformou o sistema e os métodos de ensino para atender aos interesses dos políticos. (MACIEL; NETO, 2006).

Conforme Siécola (2016) foi a partir dessas reformas que surgiram as aulas régias, que ofertavam principalmente o ensino de Física e Matemática, no intuito de priorizar os conceitos científicos. Foi criado também, o ensino público mantido pelo Estado, sem influências religiosas, considerado laico, porém, oferecido apenas as pessoas da elite.

2.2. PERÍODO IMPERIAL

O Período Imperial ocorre a partir da Independência do Brasil em 1822, e vai até 1889 com a Proclamação da República. Conforme Siécola (2016) a educação nesse período sofreu influências da Primeira Revolução Industrial, que surgiu na Inglaterra meados do século XVIII quando as máquinas passaram a operar cada vez mais em função do aumento da produção. De acordo com Marques (2012) a medida que aumentava a produção ocorria também um aumento no número de pessoas trabalhando nessas fábricas, nesse meio, estavam as mulheres.

De acordo com Cartaxo (2013) com a inclusão das mulheres no mercado de trabalho, houve a necessidade de ter um espaço onde as mesmas pudessem levar seus filhos enquanto cumpriam sua jornada de trabalho. Com isso, foi iniciado o processo de criação de creches que atendiam não só os filhos das operárias, como também, crianças pobres, desnutridas ou que estivessem em situação de abandono, as quais possuíam características de caráter assistencialista. Os profissionais que prestavam esse serviço não possuíam formação específica e limitavam-se apenas ao cuidado dos pequenos.

10

2.3. PERÍODO REPUBLICANO

O Período Republicano teve seu início em 1889, com a Proclamação da República. A educação nesse período sofreu influências por parte das transformações ocorridas no âmbito social, político e econômico. A mesma passou a ser vista como forma de promover status as classes sociais. Conforme nos diz Romanelli (1999, p.37): “A burguesia que escala status através da educação, [...] desde cedo, percebeu o valor da escola como instrumento de ascensão social.” Dessa maneira, percebe-se que somente as pessoas mais bem-sucedidas financeiramente poderiam desfrutar dessa educação.

Nesse período, o Estado não tinha interesse em oferecer o ensino para a grande parte da sociedade, ficando ele responsável somente pelo ensino primário e secundário, sendo a União responsável em oferecer o ensino superior. Schelbauer (1998) destaca as reivindicações da população em requerer uma educação de qualidade, gratuita e obrigatória para todos. Dessa maneira, as pessoas poderiam ter melhores perspectivas de vida através do ensino o que iria contribuir, também, para a diminuição do analfabetismo na sociedade.

Nos dias atuais, as ações direcionadas à educação passaram a ser regulamentadas, através de documentos oficiais que indicam como a mesma deve ser tratada. Dentre eles podemos destacar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de número 9394/96 que traz em seu teor, a Educação Infantil como sendo a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da

criança. A mesma é oferecida em creches para crianças de até 3 (três) anos de idade e na pré-escola, para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade (BRASIL, 2016).

Entretanto, foi a partir dessas novas políticas que a Educação Infantil passou a cumprir seu papel na educação, como sendo a base para o ensino no Brasil. Sendo consolidada com a criação do Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI), que tem como objetivo direcionar as atividades desenvolvidas para atender esse público. De acordo com Siécola (2016) o mesmo mostra quais os conteúdos devem ser trabalhados, a carga horária anual, trata sobre a criança e sua interação com o meio, e como deve ser trabalhado o conceito de avaliação, sendo considerado como um eixo norteador da prática pedagógica.

11

3 O REFERENCIAL CURRICULAR COMO EIXO NORTEADOR DA PROPOSTA PEDAGÓGICA VOLTADA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) é parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais, tendo como objetivo estabelecer referências nacionais mediante as diferentes propostas de currículos elaborados para a educação infantil no decorrer dos anos em várias partes do país. Em seu contexto, trata-se de “referências e orientações pedagógicas que visam contribuir com a implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras” (BRASIL, 1998, v.1, p. 13)

O mesmo é dividido em três volumes. O primeiro traz uma breve introdução que engloba a concepção de criança, educação e o perfil do profissional de educação infantil, voltados para dois âmbitos de experiência: o de Formação Pessoal e Social e Conhecimento do Mundo. O segundo, tendo por título “Formação pessoal e social” enfatiza a construção da identidade e autonomia das crianças. E por último, o terceiro, que tem por título “Conhecimento de mundo”, tendo como princípio o desenvolvimento de diferentes linguagens do educando. Estando dividido em seis eixos de trabalho. Sendo eles: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

Esse material trouxe grandes avanços para essa modalidade de ensino, a qual passou a ser vista com um novo olhar dentro do sistema educacional. Onde a criança vem sendo tratada como pessoa capaz de criar e estabelecer relações, tornando-se um ser sócio histórico, produtor de cultura e inserido na sociedade em que vive, e, portanto, não precisa apenas de cuidado, mas está preparado para receber uma educação de qualidade (BRASIL, 1998).

Compreende-se que a partir daí a criança passou a ser vista como um ser provido de conhecimento que necessita de um mediador e facilitador que a ajude nesse processo. Daí a importância de se ter um profissional formado para poder atuar nessa área de maneira que colabore para o desenvolvimento desse aluno, oportunizando situações que o ajude a desenvolver sua autonomia, criatividade, responsabilidade individual e social.

Em relação a formação dos profissionais atuantes nessa área, a mesma deverá contemplar o que vem trazendo o Art. 62 da LDB/96

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 2017, p. 42)

Dessa forma, evidencia-se ainda mais a descaracterização da Educação Infantil como assistencialista, conforme mencionado anteriormente, passando a ser inserida num contexto educacional no qual as práticas do cuidar estejam interligadas com o processo de educar e que ambos possam ser trabalhados por meio de ações pedagógicas que levem em consideração a diversidade e peculiaridades das crianças.

Arce (2007) comenta que o referencial vem buscando desenvolver a articulação entre o cuidar e o educar onde ambos são indissociáveis no processo de buscar atingir padrões de qualidade na educação e na instituição. Ressalta ainda que a criança é produtora do seu conhecimento por meio da relação com o meio e com as outras crianças. Portanto, é importante que os profissionais possam desenvolver sua prática voltada ao desenvolvimento desses alunos.

Entretanto, sua proposta pedagógica deverá ter como objetivo principal, o de garantir as crianças a apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e

aprendizagem de diferentes linguagens. Tendo em vista que a educação Infantil tem como base quatro pilares: a criança, o cuidar, o educar e a aprendizagem. Siécola (2016). Sendo o cuidar e o educar considerados as ações primordiais para o ensino infantil.

13

Para Kramer (2000) cuidar e educar são termos indissociáveis que possibilitam a construção da identidade e autonomia da criança. Sendo eles abordados desde a elaboração do planejamento pedagógico até a execução do mesmo. Todavia, é importante que não só os educadores como também os demais membros da comunidade escolar, possam estar envolvidos no processo de ensino, para que essas ações possam acontecer de forma integrada.

Conforme o RCNEI (1998), o professor exerce um papel muito importante em relação a construção de uma proposta curricular de qualidade. Entretanto, o mesmo deverá assumir um compromisso mediante a prática educacional, buscando preparar-se para lidar com situações que possam vir acontecer no dia a dia escolar, assumindo o papel de mediador entre a criança e o conhecimento.

3.1 O CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PARTE INTEGRANTE DO ENSINO

O cuidado voltado para sala de aula pode ser compreendido como componente complementar da educação, pois, cuidar de uma criança nesse contexto, requer uma conexão com vários campos do conhecimento, também, a participação de profissionais de diferentes áreas (BRASIL, 1998), como por exemplo, da área da saúde.

Em Arce (2007, p.32) “cuidar significa também ensinar, produzir o humano no próprio corpo da criança e sua relação com ele, passando pela alimentação, pelo andar, movimentar-se etc”. Dessa maneira, a criança estará desenvolvendo seu conhecimento de mundo e de si mesmo buscando interagir com o que está a sua volta.

O mais importante, no cuidado humano, é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Para Signorette (2002), cuidar, significa valorizar e

ajudar a desenvolver capacidades. Dessa maneira, compreende-se que o desenvolvimento da criança está interligado com a afetividade produzida por meio da relação interpessoal e com os aspectos biológicos, como por exemplo: cuidado com o corpo, com a saúde, entre outros fatores que acarretam em novas descobertas, novos aprendizados.

14

Contudo, busca-se ampliar os conhecimentos das crianças sobre os aspectos das relações humanas e afetivas, a fim de que conquistem autonomia e independência. Assim

Cuidar da criança é sobretudo dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isto inclui interessar-se sobre o que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tornarão mais independente e mais autônoma. (BRASIL, 1998, p.25)

Dessa forma, o referencial destaca a importância de se criar vínculos, de maneira que haja um compromisso por parte de quem cuida e de quem é cuidado. Entretanto, caberá ao educador conduzir a criança para o mundo social, como também à sua independência, onde a mesma possa ser direcionada a desenvolver sua autonomia. De acordo com Kamii e Devries (1986), o desenvolvimento da autonomia da criança fará com que ela se torne capaz de tomar suas próprias decisões buscando agir da melhor maneira, embora dependa de um adulto.

3.2 O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O processo educativo pode ser desenvolvido em vários ambientes. Seja na família, na rua, nos grupos sociais, mas principalmente na instituição de ensino, onde o mesmo adquire características formais no processo de educar. Porém, esse processo, na primeira etapa da educação básica, não pode ser confundido com o cuidar, ainda que as crianças necessitem de cuidados elementares como garantia da própria sobrevivência.

Sobre o processo de educar, Siécola (2016) diz que o mesmo estar relacionado ao ambiente de aprendizagens significativas, orientadas para desenvolver o aspecto

cognitivo, psicomotor e socioafetivas. Entretanto, é importante que o processo de formação da criança seja visto como algo inacabado e que estar sempre em busca de novas inclusões e tentativas.

Para isso, é importante que todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil adquiram a consciência de que só pode haver a construção do conhecimento de forma significativa se ocorrer uma relação na qual um possa valorizar o outro, havendo uma troca de conhecimentos adquiridos pela convivência e das relações estabelecidas no contexto da diversidade cultural. Ainda sobre educar, o RCNEI vem trazendo que.

15

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998, p.23)

Dessa forma, entende-se que o brincar é fator importante no processo de desenvolvimento da criança. O que contribui para que a mesma se sinta capaz, importante, autoconfiante e principalmente segura. Conforme Kramer (2000) o aluno da educação infantil desenvolve seu aprendizado brincando, através da utilização dos brinquedos. Como também, passa a adquirir novas perspectivas de mundo de forma a reinventá-lo e explorá-lo.

Portanto, na Educação Infantil o ato de cuidar, brincar e educar são indissociáveis, que não podem ser trabalhadas separadamente. Essas ações estão presentes na rotina pedagógica das instituições, como por exemplo: na hora em que se está trocando uma fralda, alimentando a criança, no momento da higiene, embora esses procedimentos possam parecer um simples cuidado, eles também podem e devem ser trabalhados dentro das práticas educativas.

4 PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil exerce um papel fundamental no processo de inserir as crianças no âmbito da cultura escrita, como também, o de contribuir na formação de

leitores e de usuários da linguagem escrita. Entretanto, esse trilhado desenvolvido nessa etapa, referente a esse tipo de linguagem, precisa ser realizado através de metodologias de ensino que possam respeitar as características da infância, levando em consideração os significados que a linguagem escrita adquire para os sujeitos que vivenciam essa fase da vida. (BAPTISTA, 2010)

16

Alguns autores como Brandão e Leal (2011) apontam alguns caminhos percorridos pela Educação Infantil no que se refere a leitura e escrita, nos quais são adotadas algumas posturas que não correspondem ao objetivo deste ensino. Como por exemplo, trazem ao contexto desta educação, práticas mecânicas nas quais abordam a escrita como um código de transcrição da fala.

Por outro lado, alguns educadores criticam essa prática da linguagem escrita, nessa etapa, como sendo um avanço prematuro da criança nesse processo, devido a antecipação da criança ao ensino sistemático da língua escrita. (KLEIMAN, 2009). Dessa maneira, a criança estaria deixando de lado as brincadeiras, as brincadeiras direcionadas, para adentrar no processo de aprendizagem desenvolvido nas salas de aula tradicionais.

Outro caminho a ser questionado se dar pelo fato de haver diversos tipos de linguagens, pelos quais a criança também aprende na Educação Infantil, como por exemplo, da música, da dança, do movimento, entre outras. Todavia, preferem não abordar a linguagem escrita pelo fato de acharem que esse ensino não convém a crianças pequenas. (BRANDÃO; ROSA, 2011). O que tornaria esta linguagem como sendo um conteúdo escolar fora do contexto educacional infantil, sendo o mesmo inadequado para as crianças pelo fato de possuir características mecanizadas e exaustivas.

Conforme salientam Brandão e Leal (2011), trazer o contexto da leitura e escrita nessa fase, não significa trabalhar de forma descontextualizada por meio de exercícios preparatórios e repetitivos, mas sim, de oportunizar a criança ao acesso em diferentes situações nas quais a leitura e escrita estejam inseridos. Dessa forma, apenas se traria o que já ocorre no meio sociocultural da criança. Mas, sem haver uma escolarização excessiva nesse processo de aprendizagem das crianças em relação a essas práticas.

Sobre a linguagem escrita, Baptista afirma que

A linguagem escrita, que nas sociedades contemporâneas influencia e, muitas vezes, determina as estruturas urbanas, as formas de interlocução, de expressão da cultura, é um dos elementos com as quais as crianças interagem, buscando dele se apropriar para melhor compreender o mundo e com ele se relacionar (BAPTISTA, 2010, p.2)

17

Sendo a linguagem escrita interessante para a criança, é importante que se tenha em mente sobre como se deve abordá-la. Precisa-se levar em consideração a cultura da infância e as formas de como cada criança aprende. Para isso, é necessário criar situações de aprendizado em que a leitura e a escrita possam fazer sentido para ela.

Conforme Luria (1988, p. 143), “a história da escrita na criança começa muito antes da primeira vez em que o professor coloca um lápis na sua mão e lhe mostra como formar letras”. Dessa forma, compreende-se que a alfabetização é um processo contínuo que se inicia antes mesmo do aluno chegar ao ensino fundamental.

De acordo com Baptista (2010), a criança em si, possui o anseio pelo mundo da escrita e é através de sua interação com a cultura da escrita que a mesma poderá se apropriar dessa linguagem. Em simples ações como por exemplo ler para uma criança ou oferecer à ela lápis e papel, estaremos contribuindo para a inserção desta num mundo letrado.

Em Araújo (2012), podemos observar que a criança desde cedo gosta de brincar de ler, de escrever, fazem anotações e falam sobre o que está escrito, ou até mesmo pede que seja lido um livro a ela. Dessa maneira, vão adquirindo práticas sociais mediadas pela escrita. Porém, é nessa interação que a escrita vai sendo constituída como foco de interesse da criança.

O RCNEI, em seu eixo relacionado a Linguagem Oral e Escrita, demonstra que o processo de aprendizagem se relaciona com atividades voltadas a prática da leitura e escrita da criança. Sendo que o ato de ler das crianças, nessa fase, ultrapassa o nível de decodificação de letras e sílabas. De acordo com ele

A leitura é um processo mental e social em que o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto, apoiando-se em diferentes estratégias, como o seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor e de

tudo o que sabe sobre a linguagem escrita e o gênero discursivo em questão (BRASIL, 1998, v. 3: 144).

Conforme podemos perceber no Referencial, a aprendizagem da linguagem escrita associa-se ao contato com diversos tipos de textos, para que as crianças possam construir sua capacidade de ler, e às práticas de escrita, para que possam desenvolver a capacidade de escrever autonomamente. Para isso, é importante que se faça um planejamento voltado a essas práticas em que a ludicidade seja o principal mecanismo de ensinamento.

18

4.1 REFLETINDO SOBRE ESTRATÉGIAS DE TRABALHO COM A LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A escola ao exercer sua função pedagógica favorece o surgimento de novas aprendizagens. Sendo essas atividades voltadas, de alguma forma, para a aprendizagem das técnicas de leitura e escrita, o que irá contribuir para o processo de alfabetização das crianças. Considerando que na Educação Infantil é importante direcionar a crianças ao mundo da leitura e escrita em um contexto funcional e significativo para ela, Brandão e Rosa (2011) trazem dois eixos de trabalhos que farão parte desse processo, sendo a alfabetização e o letramento.

Cardoso (2012) considera que alfabetizar vai muito além do processo de construir o sistema de escrita. Segundo ela alfabetizar é também “entrar em contato com os diferentes gêneros textuais, compreendendo suas funções e seus usos (2012, p.34)”. Isso quer dizer que a criança desde cedo, com a ajuda de um adulto, irá ouvir a leitura de um conto e poderá perceber que pode ler por prazer, adquirindo assim o hábito da leitura, ou até mesmo que poderá acompanhar uma receita escrita para poder fazer um bolo.

Nessa perspectiva podemos conceber a funcionalidade da alfabetização e do letramento no contexto de educação infantil. Para Ferreiro (1992) a alfabetização poderá ocorrer antes mesmo da inserção da criança na escola e é tido como um processo inacabado, que poderá sofrer mudanças de acordo com o contexto de cada época, de cada cultura e sobre a influência da tecnologia.

Quando a criança mesmo antes de estar inserido no ambiente escolar vê algum familiar fazer uso da escrita aguça seu interesse para saber a significância daqueles códigos, portanto de uma forma ou outra a criança está fazendo uso da escrita ao tentar reproduzir esses símbolos. Conforme enfatizam Ferreiro e Teberosky (1999) em seus estudos sobre a psicogênese da leitura e escrita, em que a criança passa a formular hipóteses de leitura e escrita demonstrando o interesse em conhece-lo e apropriar-se dele.

Assim, mesmo de forma involuntária, a criança estará dando seus primeiros passos rumo a alfabetização. A questão então é que a educação infantil pode fazer com que aumente e se concretize esses desejos e interesses das crianças como uma forma de produção de saberes, levando em consideração que já estão participando do processo de letramento.

Entretanto, existem alguns questionamentos pertinentes sobre o ensino da leitura e escrita nessa etapa. Ferreiro (2007, p. 38) nos chama a tenção de que “não se deve ensinar, porém deve-se permitir que a criança aprenda.” Isso quer dizer que se deve propiciar situações de aprendizados para que elas possam elaborar seus próprios conhecimentos.

Cabe a Educação Infantil não só estimular o aluno a pensar sobre a função da escrita, nem tampouco inseri-las em práticas sociais da leitura e escrita, como principalmente, conduzir o educador à uma reflexão sobre sua prática em sala de aula. De maneira que possa desenvolver atividades que favoreçam no processo da alfabetização e do letramento.

Para isso, Brandão e Rosa (2011) indicam cinco blocos de atividades relevantes que ajudarão nesse processo. Sendo elas:

a) Atividades que promovam a prática de leitura e escrita significativas e semelhantes às vivenciadas no contexto extraescolar

Estão relacionadas a esse bloco, as atividades cotidianas desenvolvidas em sala. Como por exemplo, quando a professora lê uma história em voz alta ou escreve um texto junto com as crianças. Participando dessas atividades, o aluno poderá conhecer diferentes funções da leitura e da escrita.

Figura 1 - Momento de leitura



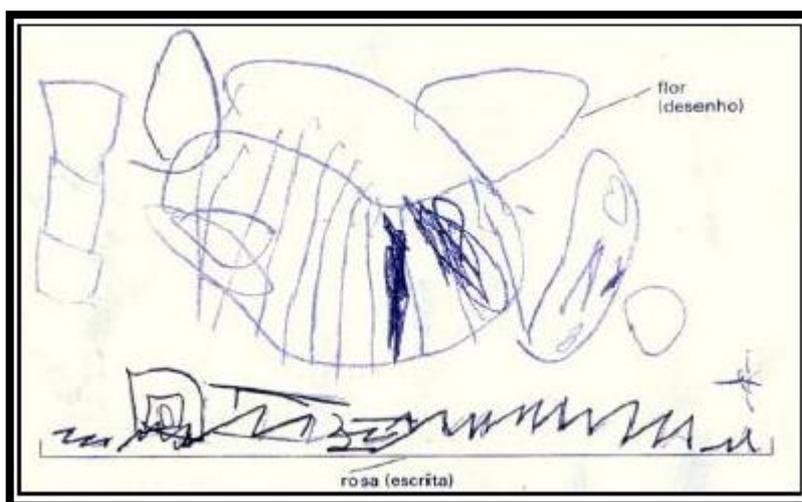
Fonte: <<https://www.gwinnettpl.or>> Acesso em: 12 jun. 2018.

b) Atividades que promovam a escrita e a leitura pelas próprias crianças

É preciso que na educação infantil tenhamos bem claro o que se refere a alfabetização. Alfabetizar é muito mais que ensinar a criança a relação entre a letra e seu som, é um processo que está muito ante da criança muitas vezes ter acesso a vida escolar o entender seu processo quando está inserido em uma sala de aula, e também independe da interferência de adultos e da mediação de professores, portanto a alfabetização independe da vontade do adulto, é uma parte nata da criança salvo casos específico , portanto cabe a educação infantil oferecer a criança situações para as quais a criança possa buscar respostas mesmo que de maneira involuntária a suas perguntas em relação a escrita e estimulá-la para que a busca para melhorar seus conhecimentos seja satisfatória e espontâneas.

Farão parte desse bloco, as atividades que incentivem a criança a ler e escrever por meio de situações em que elas fazem de conta que leem e escrevem. Nesse contexto, a crianças estará escrevendo conforme o conhecimento que a mesma já dispõe sobre a escrita.

Figura 2 - Representação da escrita



Fonte: <<http://psic.bvsalud.org>> Acesso em: 12 jun. 2018.

c) Atividades e jogos que estimulam a análise fonológica de palavras com e sem correspondências com a escrita

O jogos e atividades de análise fonológica, chamam a atenção dos alunos sobre os segmentos sonoros que estão no interior das palavras, como a sílaba, rimas e fonemas. Fazendo com que a crianças reflita sobre a função das letras em relação com a pauta sonora e não com os significados ou características físicas do objeto. Entretanto, esse tipo de atividade não é indicado para crianças em idade de creche. Nesse caso, caberiam a elas atividades com canções rimadas, parlendas, entre outras.

Figura 3 - Jogo das letras e palavras



Fonte: <<http://aee2013ludovicense.blogspot.com.br>> Acesso em: 12 jun. 2018.

d) Atividades e jogos que estimulam a identificação e escrita de letras e o reconhecimento global de certas palavras

Nessa etapa da educação as crianças estão mais propícias ao reconhecimento das letras, sabendo identifica-las e ainda escrevê-las no caderno. Fato esse considerado importante, na medida que ajuda a crianças a relacionar o uso das letras na escrita das palavras. Um jogo que pode ser utilizado é o bingo de nomes. No qual a professora entrega um cartão com o nome da criança, que conforme ela vai falando as letras a criança vai marcando no seu cartão aquelas que estejam em sua cartela.

22

Figura 4 - Bingo dos nomes



Fonte: <<http://sojogopedagogicos.blogspot.com.br>> Acesso em: 12 jun. 2018.

e) Atividades e jogos que estimulam a discriminação perceptual e coordenação visomotora

Nesse bloco, serão apresentadas atividades que trabalhem com a percepção da criança de maneira que estimule sua coordenação motora fina. Já que para escrever, a mesma precisa adquirir habilidade motoras como por exemplo, controlar a pressão do traço no papel ou o tamanho desse traço. Exemplos de jogos para serem trabalhos, são os de 7 (sete) erros, labirinto, uso da massinha de modelar, entre outros.

Figura 5 - Brincando com massinha de modelar



Fonte: <<http://colegiofarroupilha.com.br>> Acesso em: 12 jun. 2018.

Entretanto, deve-se levar em consideração que embora essas habilidades sejam consideradas importantes para o desenvolvimento da escrita, ainda nessa fase, a mesma representa um papel secundário entre outras aprendizagens relativo à aquisição da escrita que a criança irá precisar.

Nesta etapa do conhecimento juntamente com as atividades elaboradas a oralidade ainda tem um papel importante na aquisição dos conhecimentos por parte da educação infantil

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho vem elucidar algumas questões pertinentes sobre as práticas sociais da leitura e escrita como proposta de trabalho a ser desenvolvido com alunos da primeira etapa da educação básica. Sendo considerada ainda como uma prática pouco desenvolvida por alguns educadores.

Por meio desse estudo, pode-se perceber que a educação infantil em seu contexto histórico, só teve sua consolidação como parte do ensino regular, em períodos muito recentes, tendo a LDB como principal Lei que a regulariza. Bem como podemos destacar o papel do RCNEI ao auxiliar as práticas pedagógicas dos educadores, desmistificando a ideia de que as creches e pré-escolas ainda são consideradas espaço que priorizam o cuidado não agregando essa prática ao processo de educar, conforme ele vem destacando em sua redação.

A partir da elaboração dessa pesquisa, baseada em referenciais teóricos de autores renomados e conhecidos por seus estudos nessa área, como por exemplo Emília Ferreiro, podemos compreender que a educação infantil pode e deve oportunizar aos alunos situações que desenvolvam sua autonomia e novos conhecimentos, tendo na leitura e escrita a ponte que conduz a novos aprendizados.

Dessa maneira, compreende-se que na perspectiva da Educação Infantil, é necessário que o professor desenvolva metodologias e propostas pedagógicas de ensino com ludicidade, através de jogos, leituras e brincadeiras. São exemplos de atividades lúdicas: cartazes, manuseio de livros, leitura com variedades textuais, entre outros. O importante é criar situações onde a criança possa ser inserida no mundo da leitura e escrita antes mesmo de chegar ao ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Liane Castro de. Ler, escrever e brincar na educação infantil: uma dicotomia mal colocada. **Revista Contemporânea de educação**. V. 12, n 24, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br>>. Acesso em: 12 jun. 2018

ARCE, Alessandra. MARTINS, Lígia Márcia. **Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil?**. São Paulo: Ed. Alínea, 2007

BAPTISTA, Mônica Correia. A linguagem escrita e o direito à educação na primeira infância. In: **Currículo em movimento**. Ministério da Educação. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; LEAL, Telma Ferraz; Alfabetizar e letrar na Educação infantil: o que isso significa? In: BRANDAO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Sousa. (Org.). **Ler e Escrever na Educação infantil: discutindo praticas pedagógicas**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autentica, 2011

_____; ROSA, Ester Calland de Sousa. **Ler e Escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>
Acesso em: 06 jul. 2018.

_____. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Ministério da Educação, 1994.

25

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação, 1998.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**. 12. Ed. Brasília: Câmara dos deputados, 2014.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Ministério da Educação, 2017.

CARDOSO, Bruna Puglisi de Assumpção. **Práticas de linguagem oral e escrita na educação infantil**. São Paulo: Editora Anzol, 2012.

CARTAXO, Simone Regina Manosso. **Pressupostos da educação infantil**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

CÔRREA, B. C. A Educação Infantil. In: Oliveira, R. P e ADRIÃO, T. **Organização de ensino no Brasil**: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. 2. Ed. São Paulo: Xamã, 2007.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Com todas as letras**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____.; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artemed, 1999.

KAMII, Constance. e DEVRIES, Rheta. **O conhecimento físico na educação pré-escolar**: implicações da teoria de Piaget. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986

KLEIMAN, Angela B. Projetos de letramento na educação infantil. **Revista Caminhos em Linguística Aplicada**, v. 1, n. 1, 2009.

KRAMER, Sônia. **Com a pré-escola nas mãos**. São Paulo: Ática, 2000.

LURIA, Alexander Romanovich. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VYGOTSKY, L. S. et al. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone/EDUSP, 1988.

26

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; NETO SHIGUNOV, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-76, set./dez. Médicas, 2006.

MARQUES, Luciana Pacheco. Diversidade, formação de professores e prática pedagógica. **Revista Educação em Foco**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2009.

MOREIRA, Claudia Regina Baukat Silveira. **A infância do Brasil**. 2014. Disponível em: <www.a infancia do brasil.com.br>. Acesso em: 02 jul. 2018.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 23. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1999.

ROSEMBERG, Fúlvia. Do embate para o debate: educação e assistência no campo da educação infantil. MACHADO, Maria Lucia A. (Org.). **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHELBAUER, Anaete Regina. **Ideias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914**. Maringá: EDUEM, 1998.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª Edição. São Paulo: Cortez, 2007.

SIÉCOLA, Marcia. **Políticas públicas em educação**. 1. ed. - Curitiba, PR: IESDE BRASIL S/A, 2016.

SIGNORETTE, A. E. R. S. et al. Educação e cuidado: dimensões afetiva e biológica constituem o binômio de atendimento. **Revista do Professor**. Porto Alegre, n. 72, p. 5- 8, out./dez. 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática**. Campinas: Papyrus, 2000.

27